

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO: UMA JORNADA DO ANTIGO AO DIGITAL

Data de submissão: 10/10/2024

Data de aceite: 01/10/2024

José Arivaldo Moreira Prado

Mestrando do PPGCI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/6253183056494343>

Valéria Aparecida Bari

Professora Dra. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/PPGI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>

RESUMO: Esta pesquisa, por meio de uma revisão narrativa da literatura, aprofunda a análise qualitativa das principais discussões sobre Organização do Conhecimento e da Informação (OCI). Objetiva-se contextualizar as transformações na organização de documentos e conceitos, no âmbito da Ciência da Informação (CI), com enfoque no impacto da Sociedade em Rede sobre as práticas contemporâneas de OCI. O referencial teórico, embasado em autores clássicos da CI, traçou um panorama histórico-conceitual da OCI. A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foi associada às práticas e processos

de organização, com destaque para a teoria da informação na sociedade contemporânea e seu impacto nas tipologias documentais no contexto da Gestão da Informação (GI). A pesquisa aprofundou a discussão sobre Sistemas de Classificação e Representação da Informação e do Conhecimento, analisando a construção de linguagens documentárias, seus sistemas e processos, bem como os sistemas de representação da informação, no que diz respeito à recuperação da informação. A pesquisa conclui que a Ciência da Informação (CI) tem impulsionado o protagonismo da Organização do Conhecimento e da Informação no contexto social atual, com destaque para os temas de memória, identidade e representação documental de grupos sociais e étnicos. Essa área do conhecimento, marcada por um mosaico interdisciplinar, fortalece a curadoria da informação e de seus registros.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do Conhecimento e da Informação; documentação; recuperação da informação; Ciência da Informação.

ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND INFORMATION: A JOURNEY FROM ANCIENT TO DIGITAL

ABSTRACT: This research, through a narrative literature review, delves into a qualitative analysis of the main discussions on Knowledge Organization (KO). It aims to contextualize the transformations in the organization of documents and concepts within the field of Information Science, with a focus on the impact of the Network Society on contemporary KO practices. The theoretical framework, grounded in classic authors of Information Science, outlines a historical and conceptual overview of KO. The evolution of Information and Communication Technologies (ICT) has been associated with organizational practices and processes, with emphasis on information theory in contemporary society and its impact on document typologies within the context of Information Management. The research delves deeper into Classification and Information and Knowledge Representation Systems, analyzing the construction of documentary languages, their systems and processes, as well as information representation systems, regarding information retrieval. The research concludes that Information Science has driven the protagonism of Knowledge Organization in the current social context, with a focus on the themes of memory, identity, and documentary representation of social and ethnic groups. This field of knowledge, marked by an interdisciplinary mosaic, strengthens the curation of information and its records.

KEYWORDS: Knowledge and Information Organization; documentation; information retrieval; Information Science.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento e da Informação (OCI) é uma disciplina fundamental para pesquisadores de pós-graduação no campo da Ciência da Informação (CI). Desde os primórdios da civilização, a acumulação de suportes de conhecimento, como manuscritos, artefatos e documentos, e suas respectivas linguagens de registro, tem desempenhado um papel estratégico nas sociedades humanas. Esses registros não apenas servem como repositórios de saber, mas também como ferramentas de poder que, historicamente, ajudaram a definir distinções sociais, culturais e econômicas. A capacidade de organizar e acessar esse conhecimento foi, e continua sendo, crucial para superar os desafios impostos pela natureza, pelas guerras e pela necessidade de avanço civilizatório.

Segundo Hjørland (2008), a OCI configura-se como um campo de estudo que abrange os processos e sistemas empregados para organizar documentos, informações e conceitos. Trata-se de um domínio interdisciplinar que transcende a simples organização de conteúdos, tocando em aspectos epistemológicos e sociais que influenciam a forma como o conhecimento é produzido, estruturado e acessado.

A Biblioteconomia, campo de estudo da CI, desempenha um papel central neste processo, fornecendo as bases metodológicas e teóricas para a organização e recuperação eficiente da informação, ou seja, é uma área que cientificamente e tecnicamente fornece as bases metodológicas e teóricas para a organização e recuperação eficiente da

informação. No entanto, o próprio Hjørland (2008) argumenta que esses campos precisam ser complementados pela sociologia do conhecimento e, em um nível mais amplo, pela metafísica, pois a OCI não se restringe à simples classificação ou catalogação, mas também envolve a compreensão das dinâmicas sociais que moldam o conhecimento.

Segundo Cordovil e Francelin (2023), a construção do conhecimento é um processo eminentemente sociocultural, moldado pelas dinâmicas sociais. A experiência prática demonstra que o uso, o tratamento e o fluxo da informação e do conhecimento são influenciados por fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e institucionais, indicando uma construção coletiva do conhecimento.

Em estudo recente, Lehmkuhl e Silva (2023) destacam a importância do conhecimento do arquivista e sua equipe na organização do conhecimento e da informação. Ao caracterizarem a informação como um processo e o conhecimento como um ato cognitivo, os autores demonstram que a organização do conhecimento é fundamental para o desempenho das funções arquivísticas. O conhecimento específico do arquivista, adquirido a partir da necessidade de avaliar e destinar documentos, desempenha um papel central nesse processo.

A discussão sobre OCI evidencia a transformação que a área da CI tem experimentado com o avanço das tecnologias digitais. A adoção de ferramentas e sistemas de gerenciamento de informação cada vez mais sofisticados tem ampliado as possibilidades de organização e recuperação do conhecimento, superando os limites dos sistemas de classificação tradicionais. No entanto, a crescente influência de algoritmos e inteligência artificial na organização da informação levanta questões sobre neutralidade, viés e acesso equitativo ao conhecimento, demandando uma reflexão ética e filosófica sobre os impactos dessas novas tecnologias.

Através de uma revisão narrativa da literatura, este estudo qualitativo e de natureza básica tem como objetivo analisar as transformações nas Práticas de OCI na CI, com foco no impacto da Sociedade em Rede. A pesquisa busca contextualizar as mudanças nas formas de organizar documentos e conceitos, evidenciando as influências das tecnologias digitais e da conectividade na OCI.

2 | A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

A acumulação de documentos, com suas respectivas linguagens de registro, constituiu um elemento estratégico nas sociedades antigas. Esses registros, que englobam desde objetos até textos escritos, permitiram a preservação do conhecimento acumulado e proporcionaram ferramentas essenciais para o enfrentamento de desafios complexos, como os decorrentes de fenômenos naturais, conflitos bélicos e a necessidade de avançar no processo civilizatório.

A transição para a Idade Média evidenciou a insuficiência da memória individual para a gestão eficiente de documentos. A crescente complexidade das sociedades e a acumulação de conhecimento exigiram o desenvolvimento de sistemas mais estruturados para a organização, preservação e recuperação da informação. A necessidade de documentar métodos e técnicas de organização tornou-se imprescindível para garantir a acessibilidade e a longevidade do conhecimento registrado, ou seja, torna-se necessária a documentação de métodos e técnicas de organização.

A história da OCI revela uma evolução constante, marcada por tentativas de superar as limitações da memória individual. Na Idade Média, a crescente produção de documentos e a necessidade de preservá-los para as futuras gerações impulsionaram o desenvolvimento de sistemas mais estruturados de organização. As *Pinakes* de Calímaco, um dos primeiros catálogos conhecidos, exemplificam essa tendência, demonstrando a preocupação em estabelecer critérios claros para a classificação e recuperação da informação.

Vieira (2014) destaca o papel do Renascimento na transformação da produção e disseminação do conhecimento. Com a expansão da cultura laica e o declínio do teocentrismo medieval, observou-se um crescente interesse pela cultura clássica e pela investigação científica. Esse movimento impulsionou a produção de livros e a formação de bibliotecas particulares, democratizando o acesso ao conhecimento e estimulando a criação de novas formas de organizar, classificar e descrever a informação, suas fontes e origens.

Tanus (2015) argumenta que o Renascimento foi um período fundamental para a construção de identidades culturais e nacionais, processo intimamente ligado à OCI. A proliferação de bibliotecas e a produção de ferramentas de pesquisa, como bibliografias e catálogos, permitiram a preservação e a disseminação do patrimônio cultural. A classificação e a organização dos acervos, além de facilitar o acesso à informação, contribuíram para a construção de narrativas históricas e a formação de identidades coletivas. Nesse contexto, a Biblioteconomia emergiu como uma disciplina fundamental para a gestão e a preservação do conhecimento, desempenhando um papel crucial na construção das sociedades modernas.

A reprodutibilidade técnica do livro, proporcionada pela imprensa, foi um fator fundamental para a evolução do conhecimento científico. A possibilidade de disseminar rapidamente novas ideias e descobertas científicas permitiu a construção de comunidades científicas mais conectadas e colaborativas. A necessidade de organizar e classificar o crescente volume de publicações científicas impulsionou o desenvolvimento de sistemas de catalogação e indexação mais sofisticados. A codificação, a sistematização e a padronização de registros bibliográficos se tornaram essenciais para a construção de bases de dados e a realização de pesquisas bibliográficas, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas.

Isso levou a avanços em codificação, sistematização e padronização, culminando

na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação promovida pela IFLA em 1961, conhecida como “Princípios de Paris”.

2.1 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impulsionaram uma profunda transformação na forma como a informação é acessada, organizada e compartilhada, impactando significativamente a Biblioteconomia. O advento da era digital expandiu o conceito de biblioteca, antes restrito a um espaço físico, para um centro dinâmico de acesso à informação no mundo virtual. Ferramentas digitais como bases de dados online, plataformas de pesquisa e repositórios digitais revolucionaram a OCI, facilitando a busca, o acesso e o compartilhamento de informações em escala global. Essa nova realidade exige que os profissionais da Biblioteconomia dominem as ferramentas e tecnologias digitais para organizar, classificar e disponibilizar o conhecimento de maneira eficiente e eficaz. A integração das TIC à Biblioteconomia impulsiona a democratização do acesso ao conhecimento e redefine o papel da biblioteca no mundo contemporâneo.

A convergência das mídias para o ambiente digital revolucionou a forma como organizamos e acessamos a informação. A explosão de dados e a diversidade de formatos exigiu o desenvolvimento de sistemas de OCI cada vez mais sofisticados (Pereira, 2018). Segundo o autor, a adoção de ontologias e esquemas de classificação compartilhados, que permitem a representação unificada de conceitos em diferentes sistemas, tornou-se fundamental para a realização de buscas eficazes e a integração de informações provenientes de diversas fontes. A interoperabilidade entre sistemas heterogêneos, ou seja, a capacidade de diferentes sistemas trocarem e utilizarem informações de forma transparente, é um dos grandes desafios e oportunidades da atualidade (Pereira, 2018).

Com a transição para o ambiente digital, a centralidade dos suportes físicos na OCI foi drasticamente reduzida. A informação, desmaterializada e fragmentada em bits, tornou-se o foco das estratégias de busca. Os conceitos, antes implicitamente presentes nos suportes físicos, ganharam protagonismo, sendo representados de forma estruturada e permitindo a realização de buscas mais precisas e abrangentes. A convergência das mídias digitais possibilitou a criação de sistemas de OCI capazes de identificar e relacionar conceitos em diferentes contextos, superando as limitações impostas pelos suportes tradicionais.

Influenciado pelas iniciativas da Federação Internacional de Documentação (FID) e impulsionado pelo contexto da Guerra Fria e da corrida espacial, Alexander Ivanovich Mikhailov desempenhou um papel fundamental na consolidação da teoria da documentação na União Soviética. Sua teoria, que se diferenciava de outras abordagens por [inserir as principais características da *teoria de Mikhailov*, teve um impacto significativo na organização e recuperação da informação no país (Santos Júnior, 2021).

Em 1969, Mikhailov fundou o VINITI, um instituto de pesquisa dedicado à CI, que rapidamente se tornou um centro de excelência internacional. Vinculado à Academia de Ciências da Rússia, o VINITI tinha como missão fornecer informação científica e técnica de alta qualidade para pesquisadores e especialistas soviéticos. Através de suas diversas atividades, como a edição do *International Forum on Information and Documentation* e a colaboração com a FID, o VINITI contribuiu significativamente para o desenvolvimento da CI, tanto no âmbito nacional quanto internacional. (Santos Júnior, 2021).

O legado de Mikhailov e do VINITI é duradouro. Suas ideias e práticas influenciaram gerações de pesquisadores e profissionais da informação, e o VINITI continua sendo uma referência na área, mesmo após as profundas transformações ocorridas na Rússia após a queda da União Soviética.

A teoria da informação na união soviética recebe o nome de INFORMATIKA. Nesse sentido, o Paradigma Físico da CI foi o predominante neste aporte teórico.

3 | TIPOS DE DOCUMENTOS E SUA ANÁLISE

Ao longo da história, o conceito de documento passou por significativas transformações. Inicialmente compreendido como um mero registro de fatos ou ideias, o documento, a partir do século XX, ampliou seu significado. Passou a ser visto não apenas como um suporte físico para a informação, mas também como um artefato cultural que carrega em si a materialidade e a história de uma determinada sociedade. Essa nova perspectiva desvincula o documento de sua função original de registro e o eleva à condição de testemunho material da experiência humana, englobando desde objetos cotidianos até edificações complexas.

Na CI, autores como Paul Otlet e Suzanne Briet ampliaram o conceito de documento, como descrito por Gugliotta:

[...] a Ciência da Informação cada vez mais em seus estudos sobre documentos se remetem a Paul Otlet por reconhecerem no jurista belga o pioneiro em buscar uma maior precisão para o conceito de documento. Assim, coube a Paul Otlet iniciar a marcha pela ampliação do conceito de documentos que poderia incluir tanto os impressos como imagens, gráficos e até objetos (Gugliotta, 2017, p. 321).

Por sua vez, a presença da nova definição de documento aproxima campos profissionais que antes eram distanciados, pois o seu objeto passa da curadoria de registros para a Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC): Biblioteconomia, Arquivologia, Arqueologia, Museologia, Comunicação, História e Educação.

Os documentos são registros de informação, podendo ser classificados em:

- a) Documentos Intrínsecos: Livros e monografias.
- b) Documentos Extrínsecos: Documentos de arquivo.

c) Materialidade ou Realia: Documentos que não constituem registro linguístico, mas são passíveis de análise.

Esses documentos podem ser categorizados em primários, secundários, terciários e quaternários, cada um com suas particularidades e funções:

- Documentos primários: Fontes de informação extrínsecas e intrínsecas, que são ativos em relação a atualidade e função.
- Documentos secundários: Documentos de conteúdo analítico, em relação às fontes primárias, ou cujas informações são valorizadas cientificamente e historicamente além de sua função primária.
- Documentos Terciários: O primeiro documento terciário foi o catálogo. O catálogo e outros sistemas de organização e recuperação, criados por meio dos processos técnicos, são atribuição dos profissionais da informação.
- Documentos quaternários: Documentos referentes à POC e SOC, utilizados nos processos técnicos.

Sistemas de OCl, são estruturas conceituais construídas a partir de vocabulários controlados. Esses vocabulários são derivados da linguagem natural, mas são rigorosamente selecionados, hierarquizados e padronizados para mapear e recuperar informações contidas em diversos registros. Através desses sistemas, é possível estabelecer relações entre conceitos e facilitar a busca e a recuperação de conteúdos específicos.

Os sistemas de classificação surgiram como as primeiras ferramentas de organização da informação, com o objetivo específico de gerenciar o crescente volume de dados. Discutidos amplamente pela Federação Internacional de Documentação e Informação (FID) desde o primeiro congresso mundial de 1937, esses sistemas evoluíram ao longo do tempo, acompanhando as mudanças sociais e científicas (Viana, 2015).

Segundo Bezerra et al. (2013), até os anos 1990, quando os suportes de informação eram predominantemente físicos, os sistemas de classificação desempenhavam um papel crucial na organização física dos materiais em bibliotecas e arquivos, além de servir como base para a criação de catálogos e índices, facilitando a busca e a recuperação da informação. Podem ser exemplificados, em Biblioteconomia, pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC), entre outras.

A criação dos sistemas de classificação possibilitou o desenvolvimento de ferramentas e recursos indispensáveis para a organização e o acesso à informação. Graças a eles, surgiram os catálogos sistemáticos, tanto em formato físico (fichários e impressos) quanto digitais (OPACs), além de sistemas de metadados (como MARC e Dublin Core) que descrevem e estruturam os recursos informacionais. Esses avanços culminaram na criação de bases e bancos de dados pesquisáveis, facilitando significativamente a busca e a recuperação da informação.

4 | SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Os sistemas de classificação, discutidos pela FID desde 1937, foram desenvolvidos para organizar de forma lógica e hierárquica as fontes de informação, acompanhando a evolução do conhecimento científico e social. Exemplos emblemáticos desses sistemas são a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, que por décadas serviram como pilares para a organização de bibliotecas e centros de informação em todo o mundo

A representação da informação na CI envolve a produção de documentação terciária e quaternária, sendo a primeira composta por instrumentos analíticos de recuperação e a segunda, por sistemas de recuperação de informação. Ou seja, é a atividade criativa de produção de documentação terciária e quaternária. Enquanto a documentação terciária se caracteriza como a composição de fontes ou instrumentos analíticos de recuperação de informação, a documentação quaternária se caracteriza como a composição de sistemas de recuperação da informação.

A OCI, por meio da documentação terciária e quaternária, possibilita a criação de bases de dados que facilitam a recuperação da informação. Essas representações estruturadas do conhecimento não apenas agilizam o acesso a fontes primárias e secundárias, mas também potencializam a experiência do leitor. Ao oferecer ferramentas para a descoberta e a organização de conteúdos, a organização da informação promove a autonomia do leitor e facilita a personalização da experiência de leitura, alinhando-a com seus interesses e preferências.

A representação do conhecimento e da informação criam a documentação terciária e quaternária, que possibilitam a recuperação da informação organizada em bases de dados, por meio de compilação ou acesso às fontes nas quais elas encontram-se registradas. As experiências de fruição da leitura literária também são potencializadas pela OCI, sendo que as representações criam autonomia e promovem uma mediação documental dos conteúdos e preferências leitoras.

Os sistemas de recuperação de informação baseiam-se em linguagens artificiais, ou documentárias, que diferem das linguagens naturais por sua estrutura rígida e controlada. Essas linguagens, embora limitadas na expressão de nuances e complexidades, são eficazes na representação concisa e precisa tanto da informação quanto das necessidades de busca, tornando possível a construção de sistemas de recuperação eficientes. A representação da informação em linguagens documentárias permite a indexação e a recuperação de documentos de forma rápida e precisa, facilitando o acesso à informação por parte dos usuários.

Quando os conceitos dos sistemas de recuperação são enriquecidos pelas expressões correntes do discurso e a caracterização regionalizada da linguagem natural, o

sistema possui *folksonomia*. A *folksonomia* encontra-se entre as teorias da representação temática e descritiva mais recentes, que correspondem ao Paradigma Social da CI.

4.1 Construção das linguagens documentárias

A construção de linguagens documentárias, impulsionada pelas TIC, pode basear-se em dois princípios fundamentais: as necessidades e características dos usuários e da comunidade em que atuam, seja ela a comunidade discursiva ou a comunidade servida por uma unidade de informação.

Na CI, comunidades são grupos de indivíduos com interesses e conhecimentos em comum que interagem em torno da informação. Suas necessidades informacionais, relações de pertencimento e práticas de construção do conhecimento definem a comunidade e a unidade de informação que melhor atende às suas demandas. Os estudos iniciais sobre comunidades, focados no perfil do leitor e em suas competências informacionais, contribuíram para o desenvolvimento do paradigma cognitivo na área

Com a digitalização de acervos e as evoluções nos serviços informacionais remotos síncronos e assíncronos, a influência da comunidade vem crescendo e a OCI vêm se especializando na customização dos relacionamentos de representação das informações e das questões de busca.

Comunidades científicas são redes de comunicação onde se inserem as comunidades discursivas, formadas por especialistas que produzem e compartilham conhecimento. Estas comunidades, por meio de suas interações e publicações, geram o conteúdo a partir do qual são construídas as linguagens documentais, as quais servem como base para a recuperação da informação.

[...] as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. a história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento (Nascimento, 2006, p.31).

Na OCI, a construção do conhecimento se dá a partir da análise de argumentos teóricos e empíricos, que permitem a formação de conceitos. Esses conceitos, extraídos de discursos especializados, são unidades coerentes que servem como base para a criação de sistemas de descrição, tematização e representação. A análise de domínio, que leva em consideração as comunidades e suas práticas, é fundamental para garantir que a informação seja relevante e útil para os usuários.

É possível construir uma linguagem documentária por meio da prospecção de conceitos dos campos teóricos representados, seu controle e sua hierarquização. Quando

isso se dá por meio de conceitos aplicados a uma comunidade discursiva, a representação leva à necessidade da análise de domínio. O estudo dos conceitos de Disciplinaridade, Comunidade, Especialidade, Profissões e Contexto compõem o que se chama de Análise de Domínio, e se refere ao conjunto de conhecimentos que podem ser agregados por uma mesma propriedade válida (no passado, chamada de ramo). A “Análise de Domínio é a primeira abordagem que visa a uma fundamentação metodológica de forma sistemática para Organização do Conhecimento” (Hjørland, 2008, p. 90). Segundo Hjørland e Albrechtsen:

O paradigma da análise de domínio na Ciência da Informação (CI) afirma que a melhor maneira de compreender a Informação é estudar os domínios de conhecimento como o pensamento ou discurso das comunidades, que são partes da divisão do trabalho da sociedade. Formas de organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, de linguagem e comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexos dos objetos do trabalho dessas comunidades e de seu papel na sociedade. Na psicologia, o conhecimento do indivíduo, as necessidades de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

Para que as comunidades de usuários encontrem a informação de forma mais eficiente, é preciso que as linguagens utilizadas nos sistemas de recuperação sejam mais flexíveis e inclusivas. Ao incorporar expressões comuns e regionalismos, esses sistemas se aproximam da folksonomia, permitindo buscas mais precisas e relevantes.”

Na Organização Social do Conhecimento o que interessa é o método histórico, as investigações sociológicas e as perícias bibliométricas. Então, a fonte de prospecção de conceitos e noções é o discurso das comunidades de interesse e comunidades de prática, como utilizam e recuperam a informação especializada.

Os estudos de comunidade fornecem um ponto de partida crucial para a implementação de Processos de Organização do Conhecimento (POC). Ao analisar as necessidades e práticas das comunidades de usuários, é possível desenvolver linguagens documentárias mais precisas e eficazes. A aplicação dessas linguagens em Sistemas de Organização (SOC) permite otimizar a recuperação da informação, facilitando o acesso ao conhecimento e impulsionando a inovação.

5 | SISTEMAS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Os sistemas de classificação representaram um marco inicial na Organização da Informação (OI), com um enfoque específico nas fontes de informação. Desde o primeiro Congresso Mundial de Documentação Universal, em 1937, organizado pela FID, esses sistemas foram objeto de debates globais. Inicialmente concebidos para atender às demandas de um contexto social e científico em constante transformação, os sistemas de classificação desempenharam um papel fundamental na organização e acesso à

informação. Na era dos suportes físicos, além de facilitar a busca e a recuperação de documentos, esses sistemas também guiavam a organização física das coleções e a criação de catálogos, moldando a forma como as bibliotecas e os centros de informação eram estruturados.

Podem ser exemplificados, em Biblioteconomia, pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC), entre outras.

Com os sistemas de classificação, foi possível criar os catálogos sistemáticos (fichários e impressos), os catálogos digitais (OPAC), os sistemas de metadados (MARC, Dublin Core etc.), as bases e bancos de dados pesquisáveis na atualidade.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir de 1945, a CI passou por um momento evolutivo, que muitos pesquisadores identificam como sua real origem. Esse marco temporal é identificado por Vannevar Bush, em 1945, no seu artigo “*As we may think*”, no qual era caracterizado o crescimento exponencial de conhecimento em ciência e tecnologia, que ele chamou de explosão informacional na ocasião. Segundo Amorim Neto:

Bush evidenciou que os sistemas de classificação e indexação existentes eram limitados, e introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras na organização da informação. portanto, os processos de tratar e, armazenar e recuperar a informação deveriam ser operacionalizados por essa mesma associação de conceitos, assim como é o padrão do cérebro humano (Amorim Neto, 2013, p. 13).

A escolha de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) deve ser realizada com base nas características e necessidades da comunidade de usuários. É fundamental considerar os aspectos sociais, culturais e tecnológicos da comunidade, adaptando o SOC às suas práticas e recursos. A adoção de tecnologias avançadas, por si só, não garante o sucesso da implementação. A proficiência dos usuários e a relevância do sistema para suas atividades cotidianas são fatores cruciais para a efetividade da ferramenta.

Ainda é adotada, em muitas unidades de informação, para o conjunto das práticas de SOC e dos Processos de Organização do Conhecimento (POC) o termo coloquial “Processos Técnicos”. Este termo se reveste de grande importância, uma vez que descreve as atividades privativas da Biblioteconomia no Brasil.

Os Processos de Organização do Conhecimento (POC), aplicados às fontes e informação, como objetos passíveis de representação no Sistema de Organização da informação (SOC) são:

- A descrição;
- A nomeação;
- A abstração;

- A catalogação (representação descritiva);
- A classificação (representação temática);
- A indexação (representação temática).

Ao aplicar às linguagens documentárias na representação descritiva e temática, os profissionais da informação, com ênfase no trabalho dos bibliotecários, geram pontos de acesso, que por sua vez geram os atuais campos descritivos da informação e suas fontes. Os campos de acesso adotados pelos Princípios de Paris são: título, autor, assunto, data, data, local. O aprofundamento dos catálogos se deu por meio de descrições analíticas (detalhadas), assim como o resumo indicativo. Esses procedimentos geram os campos de acesso, que são incorporados aos atuais portais digitais das unidades de informação (OPAC), como representações.

6 I SISTEMA NOCIONAL E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Às relações entre os conceitos e terminologias adotadas por um sistema de recuperação, chamaremos de sistema nocional. O sistema nocional organiza a hierarquização e as relações de pertencimento, espaço e tempo, entre os conceitos, em um sistema de recuperação. Ele depende da epistemologia, da hermenêutica, da organização intelectual e social do domínio pesquisado.

A simples adoção de indexadores permite interpretações que estão sujeitas à dinâmica da língua, cultura e regionalidades, e pode induzir ao erro dos instrumentos documentários e ruído na recuperação da informação representada.

Epistemologia é um estudo discursivo que determina se um domínio é científico, profissional, especializado ou leigo. Isso é feito com base nos princípios lógicos, valor social e importância objetiva do domínio estudado. A epistemologia vai se concentrar na produção do conhecimento científico, ou seja, aquele que é passível de teste, inclui fundamentos, validade (que termina), consistência e principalmente de limites (tamanho e profundidade do domínio).

Relacionando-se com a metafísica, ou seja, aqueles conhecimentos sobre os quais não se pode testar a eficiência, nem se pode provar a origem ou fazer experimentações, eles são preferencialmente validados pelo “doxa”.

No paradigma religioso da Antiguidade e Idade Média, o doxa foi hipervalorizado, em detrimento da epistemologia, para negar o desenvolvimento de conhecimentos de natureza especializada, profissional e científica, como estratégia de poder político, para autorizar destruição da natureza, extermínios de vida animal e humana, poluição, dominação, entre outros efeitos funestos.

No paradigma positivista da modernidade, a epistemologia foi hipervalorizada, em detrimento do doxa, para negar o desenvolvimento de conhecimentos de natureza

metafísica, como estratégia de poder político, para autorizar a mesmíssima destruição da natureza, extermínios de vida animal e humana, poluição, dominação, entre outros efeitos funestos.

Percebendo que negar a epistemologia ou o doxa faz parte de estratégia de poder político, não de construção de conhecimento, a academia evoluiu seus procedimentos de construção de conhecimento, embora ainda ocorram embates vindos da mentalidade e tradição anteriores.

No século XXI, sob o paradigma Pós-Moderno, a epistemologia e o doxa encontram-se em processo de valorização e equilíbrio, revelando a riqueza de teorias e aproximações que tem sido praticada na academia em nível mundial. Sendo assim, temos formações e pesquisas acadêmicas nos campos da filosofia, psicologia, parapsicologia, religião, da arte e estética.

Quanto a Hermenêutica, ela se refere à interpretação da “mensagem”, ou seja, dos registros do conhecimento e das fontes de informação. A chamada leitura interpretativa e crítica é essencial para os tempos atuais, nos quais a diversidade de fontes de informação e conhecimento nos exige muito quanto à legitimidade (ou falsidade) dos conteúdos, assim como das tendências apresentadas. Na atualidade, a hermenêutica se apropria de métodos científicos, para além de seus princípios filosóficos, assim como busca adaptar-se à dinâmica sócio-histórica da sociedade e sua diversidade.

Questões como a da internacionalização, linguagem neutra, lugar de palavra, entre outras, participam dos debates da hermenêutica e são essenciais à representação, busca e recuperação de informações e conhecimentos da atualidade.

6.1 Representando a informação das obras raras

Embora tenham sido desenvolvidos, especialmente no séc. XX, sistemas e procedimentos pelos quais a Organização do Conhecimento e da Informação (OCI) se concretizam, ainda existe uma séria dificuldade na recuperação de obras raras e coleções especiais.

Esta questão, resultante da falta de critérios claros de identificação e descrição, assim como a ausência de instrumentos de representação que pontuem a raridade e a qualidade da informação, compromete a acessibilidade e a visibilidade dessas obras.

Outra das dificuldades, identificada na comunidade de Bibliotecários brasileira, é a característica da predominância da formação tecnológica, em detrimento da erudição. Segundo Pinheiro:

No entanto, a deficitária formação do Bibliotecário brasileiro na área de História do Livro, de disciplinas afins aos aspectos técnicos e estilísticos do livro (papel, tinta, tipos, impressão, ilustração, encadernação) e ao impacto do livro impresso no Ocidente, como uma força econômica, social e cultural, ao longo da sua História, tem impedido o estabelecimento de políticas e

procedimentos efetivos no setor. Estudos sobre História do Livro, Codicologia, Encadernação, Papel Artesanal e Industrializado, Evidências de Propriedade e Ex-Librística são, há anos, alvo do interesse de diversas organizações estrangeiras. No Brasil, essas áreas ainda são monopolizadas por bibliófilos e artistas, de modo geral, autodidatas no colecionamento de livros preciosos (Pinheiro, 1990, p. 46).

A tipografia no Brasil foi proibida no processo de colonização, sendo apenas liberada no séc. XIX, afetando de uma forma indelével os costumes. Por conseguinte, a leitura não é um gesto natural, ainda causa estranhamento. A identificação das obras raras brasileiras, presas a um passado de perseguições, processos e até prisões e empastelamento de gráficas, possui muitas lacunas. Muitas notícias reportam a existência de obras raras, com tiragens pequenas, perseguidas e destruídas, que somente se tem notícia. Ao pesquisar sobre a Imprensa Régia no Brasil, Abreu (2010, p. 44), relata que:

As possibilidades da Organização da Conhecimento e da Informação (OCI) são muitas, em relação às obras raras e coleções especiais. Uma vez que as obras raras passam a ser tratadas como documentos, devido à unicidade, a representação, disponibilização, manipulação, guarda e cuidados associados à preservação acompanham os tradicionais processos de OCI geram produtos e serviços informacionais que abrem acesso à conteúdos inéditos, que se ocultam nessas publicações de difícil acesso.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OCI é um campo dinâmico e multidisciplinar que exige uma abordagem crítica e reflexiva. Mais do que uma prática instrumental, a OCI deve ser compreendida como uma disciplina que interage com questões epistemológicas, sociais e tecnológicas. Ao considerar não apenas as ferramentas e métodos de organização, mas também os contextos mais amplos que influenciam esses processos, a OCI pode oferecer uma compreensão mais rica e profunda das dinâmicas que estruturam o conhecimento em nossas sociedades.

Na atualidade a OCI vive um momento de crescente importância e reconhecimento. Sabemos, de antemão, que os compromissos assumidos pela comunidade acadêmica, na emergência atual do paradigma social da CI, nos levam à preocupação com a disseminação e apropriação da informação e do conhecimento pela humanidade. O sentido dessa preocupação tem de ser o bem-estar, a felicidade, a segurança e qualidade de vida, assim como a preservação do meio ambiente. Então, a OCI encontra-se, nesse momento histórico, orientada para a valorização da vida e da inteligência, seja ela humana ou não-humana.

A Ciência da Informação (CI), devido a predominância atual do paradigma social, tem se voltado para as questões de memória e identidade. É muito importante, ao longo do desenvolvimento de novas tecnologias, que os conhecimentos e suas fontes de informação sejam preservados, e lhes dado livre acesso,

Por conseguinte, também se torna representativo que grupos sociais e étnicos, antes excluídos das possibilidades de documentação de sua cultura, conhecimento e expressão, possam integrar com suas obras as chamadas informações recuperáveis.

Outra grande contribuição, esta identitária, é a de demonstrar a origem e contribuição de diferentes protagonistas à construção do conhecimento, que se encontram apagados por uma pretensa atualização, que fica nas mãos da academia, de centros de poder, ou de diferentes hegemonias.

Desse modo, ao analisar e contextualizar a OCI, não apenas compreendemos o seu processo e sua finalidade, como também observamos a curadoria da informação e de seus registros, a diversidade de ideias recuperáveis e a identidade dos diferentes protagonistas que constroem o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis et al. Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.16-27, 2007. DOI: <https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.745>. Acesso em: 20 maio 2024.

AMORIM NETO, Miguel Romeu. Organização do Conhecimento na Ciência Da Informação: Uma Análise Métrica Nos Periódicos Brasileiros (1972-2012). 2013, 181 f. Dissertação (mestrado em ciência da informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/143>. Acesso em: 20 maio 2024.

ARAÚJO JR., Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: thesaurus, 2007.

BEZERRA, Midinal Gomes et al. Trajetória histórica da classificação: mudança do status de arte para ciência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, SC, **Anais** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2532/1644-1657-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

CORDOVIL, Verônica Ribeiro da Silva; FRANCELIN, Marivalda Moacir. Organização e representação da informação e do conhecimento e a modelagem do sistema teórico de informação e conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/257839>. Acesso em: 15 out. 2024.

DIAS, Eduardo Wence; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. (estudos avançados em ciência da informação, 3).

FONSECA, Edson Nery da. **introdução à biblioteconomia**. 2ª. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 314-331, jul. 2017. ISSN 1983-5213. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/18427>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995. disponível em: https://www.academia.edu/1304539/toward_a_new_horizon_in_information_science_domain_analysis. Acesso em: 23 maio 2021.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/1304539/toward_a_new_horizon_in_information_science_domain_analysis. Acesso em: 23 maio 2021.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e Organização do Conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16 n. 3, p. 1 –24, jan./jun. 2011. Doi: 10.5433/1981-8920.2011v16nesp.p1.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite da. A Organização do Conhecimento e da Informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/218851>. Acesso em: 12 set. 2024.

NASCIMENTO, Denise M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Inf. & Soc: est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006. disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96274> . acesso em: 23 maio 2021.

OLIVEIRA, Regina Maria Soares de. Classificação Decimal Universal: origem, estrutura, situação atual. Brasília: ABDF/inl, 1980. PINHEIRO, Ana Virgínia. Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **R.Bibliotecon. & Comun.** Porto Alegre, v. 5, p. 45-50, jan/dez. 1990. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/99671>. Acesso em 23 de dez. 2023.

PEREIRA, César Antonio. A mídia na Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 30, n. 2, p. 141-152, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/nsdBmvfdqSQMGCPvYyNnVMb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 maio 2024.

POSSENTI, Sírio. Sobre dois conceitos de Foucault. **Revista do Gel**, S. J. do Rio Preto, v. 4, n. 2, p.11-22, 2007. disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/358>. Acesso em 23 maio 2024.

POZZI, M. The concept of concept in terminology: a need for a new approach. In: **Proceedings Of International Conference on Terminology And Knowledge Engineering TKE'99**, 5, 1999 - Innsbruck. Viena: Termnet, 1999. p. 28-42.

SALDANHA, Gustavo Silva (org.) ALMEIDA, Tatiana de (org.); SILVEIRA, Naira. **Teorias Críticas em Organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/> . Acesso em 26 ago. 2022.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes dos. Após o Comunismo: A Biblioteconomia e a Ciência da Informação nas Antigas Repúblicas Soviéticas (1991-2021). **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/44913>. Acesso em: 12 maio 2024.

SHERA, Jesse Hauk. **Curso de Documentação e organização bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Serviço de informações técnico-científicas, 1957.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas na modernidade e biblioteconomia protocientífica. **RDBC! Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 546-560, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639460>. Acesso em: 20 ago. 2024.

VIANA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de informação no contexto da inovação, dos sistemas, da informação e dos processos gerenciais**. Florianópolis: Publicações IFSC, 2016. 108 p.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 330 p.